

GOVERNO DEMITIDO

VITÓRIA DO POVO E DA DEMOCRACIA

A luta do povo português em todas as frentes impôs uma derrota decisiva às forças reaccionárias. A situação permite uma viragem democrática. A solução da crise exige a dissolução da Assembleia da República, a nomeação de um governo de gestão e a convocação de eleições gerais antecipadas



Milhares de portugueses manifestaram-se ontem em todo o País exigindo o afastamento da «AD» do poder e a convocação de eleições gerais antecipadas. Na gravura, uma imagem da manifestação que encheu ontem ao fim da tarde o Rossio em Lisboa

Álvaro Cunhal ontem em Queluz

«Custou, mas foi!»

As razões da demissão do Primeiro-Ministro do Governo «AD» e a crise governativa que em consequência ficou aberta são razões políticas e são fundamentalmente quatro.

A primeira foi a luta longa, grandiosa, tenaz e heróica da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas portugueses (...)

A segunda foi a estrondosa derrota eleitoral da «AD» nas eleições de 12 de Dezembro.

A terceira foi o funcionamento das instituições, que mostrou que o regime democrático português, apesar de ferido pela revisão da Constituição, continua a ter as virtualidades e as potencialidades necessárias para assegurar uma saída democrática para a crise.

A quarta foi a falência da política da «AD» no Governo e em maioria na Assembleia da República.

Tínhamos colocado dois grandes objectivos nas eleições: reforçar o poder local democrático e contribuir para afastar a «AD» do poder. Estes objectivos foram alcançados. O poder local demo-

crático saiu reforçado. E a demissão do Primeiro-Ministro e do Governo mostra que com as eleições autárquicas foi dado à «AD» um empurrão que lhe pode ser fatal.

Qualquer que seja o desenvolvimento da situação, para já a suspensão do andamento do golpe, particularmente dos seus aspectos militares, é uma grande derrota da «AD» em geral, e uma grande derrota do presidente do CDS e ministro da Defesa em particular.

Demitido como está, o actual Governo tem competências limitadas, não pode ir além da «prática de actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos».

O que o povo português exige (e o voto de 12 de Dezembro foi conclusivo) não é apenas um novo primeiro-ministro, não é apenas uma modificação ou remodelação do Governo «AD».

O que o povo português exige (e o voto de 12 de Dezembro foi conclusivo) é que se forme um novo governo, mas sem a «AD».

Pág. 8

COMITÉ CENTRAL DO PCP ANALISA RESULTADOS ELEITORAIS

■ Estrondosa derrota da «AD»

- ▷ A «AD» perdeu **204 000** votos em relação às autárquicas de **1979**
- ▷ A «AD» perdeu **634 000** votos em relação às legislativas de **1980**
- ▷ A «AD» perdeu a presidência de **26** Câmaras, de **250** Juntas de Freguesia, **1500** mandatos em Assembleias de Freguesia, **475** mandatos em Assembleias Municipais, **120** em Câmaras Municipais, a maioria absoluta nas Câmaras de Lisboa e Porto em muitas outras cidades e vilas
- ▷ A «AD» passou de **47%** para **42%**

■ Importante vitória da APU

- ▷ A APU obteve **1 076 000** votos e **21%**, a maior percentagem de sempre
- ▷ A APU aumentou **34 800** votos em relação às autárquicas de **1979**
- ▷ A APU aumentou **76 000** votos em relação às legislativas de **1980**
- ▷ A APU conquistou a maioria em mais **5** Câmaras (são agora **55**, das quais **48** com maioria absoluta) não perdeu nenhuma e reforçou a votação
- ▷ A APU conquistou mais **35** presidências de Juntas de Freguesias

■ Parcial recuperação do PS

- ▷ O PS aumentou **272 000** votos em relação às autárquicas de **1979** mas obteve menos **28 000** votos em relação às legislativas de **1980**
- ▷ O PS obteve a maioria em mais **23** Câmaras, mas só recuperou uma parte das **55** que perdera em **1979**

■ «AD» - uma minoria

- ▷ A APU e o PS têm agora **2 707 000** votos (**52,8%**) isto é, mais **550 000** votos que a «AD»
- ▷ Se as eleições de 12 de Dezembro tivessem sido para a AR, a «AD» teria perdido **17** deputados, a APU teria ganho **10**, o PS teria ganho **8** e a UDP perdido o seu deputado: a APU ficaria com **51** deputados, o PS (com a UEDS e a ASDI) com **82** e a «AD» passaria de **134** para **117** ficando assim em minoria

Pág. 3

A LUTA CONTINUA!

«AD» PARA A RUA!

SEMANA

15

Quarta-feira

Na sequência da sua luta contra as pretensões do Governo «AD» em impor um tecto salarial de 17%, os trabalhadores da EPAL obtêm um aumento da massa salarial global de 27,7%. ■ A CGTP-IN considera em comunicado que a «AD», face aos resultados das eleições de domingo, perdeu toda a legitimidade para governar, acrescentando que manter este Governo é contrariar a vontade popular e consentir no desenvolvimento da perigosa ofensiva contra as conquistas de Abril. ■ Segundo fontes oficiais norte-americanas, a renegociação do acordo sobre a utilização da base açoreana das Lages pelas tropas norte-americanas constitui o principal assunto das conversações hoje travadas em Washington entre o primeiro-ministro Pinto Balsemão e o presidente Reagan. ■ Um porta-voz oficial informa que após seis dias de combates o Exército nicaraguense expulsou do território uma força armada contra-revolucionária que invadiu o norte do país. ■ Foram já retirados mais de 2000 cadáveres e 1200 feridos dos escombros das 147 povoações do Yemen do Norte atingidas na passada segunda-feira por um violento terramoto.

16

Quinta-feira

O conselho de gerência da Anop informa os organismos representantes dos trabalhadores de que a medida que prevê o despedimento colectivo «será concretizada no final deste mês se não forem levantadas objecções pela Secretaria de Estado do Emprego». ■ Pinto Balsemão, que amanhã regressa dos EUA onde se deslocou oficialmente, afirma aos jornalistas que, após um encontro com Reagan, o seu Governo iniciou «negociações preliminares» com o Governo dos EUA para que a «Força de Intervenção Rápida» norte-americana utilize bases em território de Portugal continental, o que transformaria o nosso país num alvo prioritário em caso de conflito nuclear. ■ Uma nota do gabinete do vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, Freitas do Amaral, informa que o Conselho de Ministros decidirá na próxima terça-feira, dia 21, sobre o futuro dos actuais chefes militares; este é o prazo limite para a decisão governamental, segundo a lei da Defesa que hoje entrou em vigor. ■ A ditadura fascista brasileira vê-se forçada a libertar todos os dirigentes do PCB detidos na passada segunda-feira quando realizavam uma reunião. ■ O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Ghana denuncia que existem planos para uma invasão do país, tendo as FFAA sido colocadas de prevenção rigorosa. ■ Grandiosas manifestações de massas em Buenos Aires, Argentina, exigindo a tomada de posse de um novo governo constitucional; a polícia carregou brutalmente sobre os manifestantes, registando-se um morto, vários feridos e mais de cem detenções.

17

Sexta-feira



Libertado

O cantor português Sérgio Godinho, que se encontrava preso no Brasil há mais de um mês, é libertado sob fiança e com residência fixa por decisão do Supremo Tribunal de Justiça daquele país, respondendo finalmente ao pedido de «habeas corpus»; entretanto a AR aprova, com cinco votos contra e sete abstenções (vindos do PPD/PSD e do CDS), uma moção condenando a passividade do Governo português perante este caso, o mesmo tendo sido feito pela União dos Sindicatos de Lisboa. ■ A DORA do PCP considera que os resultados eleitorais conseguidos pela APU no «Alentejo» traduzem e reforçam a condenação das forças reacçãoárias que atacam e destroem a Reforma Agrária. ■ São anunciados novos bombardeamentos da aviação racista sul-africana no sul de Angola, atingindo desta vez a localidade de Assunção, no município de Bibala (Namíbia). ■ Inicia-se em Madrid a Conferência Nacional do Partido Comunista de Espanha com a representação de um relatório do secretário-geral, Gerardo Iglesias, sobre a situação política e do Partido.

18

Sábado



Demitiu-se

Pinto Balsemão anuncia pouco depois da meia-noite de hoje que decidira demitir-se do cargo de primeiro-ministro e que já comunicara a sua decisão aos principais dirigentes da «AD», ao secretário-geral do PS e ao Presidente da República; a declaração foi feita no final de uma reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD. ■ Começa em Manila o julgamento do director de um novo jornalistas do «We Forum», acusados de «actos subversivos» pelo regime fascista de Ferdinand Marcos; até ter sido encerrado a 7 de Dezembro, o «We Forum» era a única publicação da oposição autorizada nas Filipinas. ■ Com dois votos contra (Israel e EUA), 20 abstenções e 124 votos a favor, a Assembleia Geral da ONU reconhece o direito dos palestinos e outros árabes dos territórios ocupados pelos sionistas, a restituição desses territórios e à total indemnização pela exploração dos seus recursos naturais.

19

Domingo



Posição do PCP em CI

A população de Vizela torna a não votar, na repetição que hoje se fez do acto eleitoral; entretanto uma força da GNR enviado pelo MAI cerca a vila, carrega sobre a população e fere, entre outras pessoas, um jornalista devidamente identificado; o governo civil de Braga demitiu-se na sequência dos acontecimentos. ■ Um comunicado do Secretariado Nacional do MDP/CDE, que se reuniu durante dois dias em Lisboa, sublinha que o resultado das eleições gerais autárquicas exprime «a consciência democrática do nosso povo e o seu desejo de reaproximação ao Portugal de Abril». ■ O Partido Social-Democrata (SPD) da RFA vence as eleições realizadas na cidade-Estado de Hamburgo, conseguindo mais de 50% dos votos, o que lhe dá a maioria absoluta no parlamento regional; os cristãos-democratas, actualmente no poder, ficaram-se pelos 38%. ■ A rádio polaca anuncia o final do estado de sítio para 31 de Dezembro de 1982.

20

Segunda-feira

Pinto Balsemão apresenta formalmente a sua demissão ao Presidente da República. ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma em conferência de imprensa que «está criada uma situação que permite no imediato uma viragem democrática na vida nacional». ■ A CGTP-IN denuncia que milhares de trabalhadores se encontram numa situação crítica, com salários em atraso e sem receberem o subsídio de Natal. ■ Mais de cem pessoas, incluindo 54 bombeiros, morrem carbonizadas, 500 sofrem queimaduras e 40 000 são evacuadas, na sequência de um incêndio na central térmica de Teoca, a 40 km de Caracas, na Venezuela, segundo o primeiro balanço da tragédia.

21

Terça-feira

O Presidente da República comunica ao Primeiro-Ministro que aceita o seu pedido de demissão. A partir desse momento, o Governo fica limitado à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos, anuncia que a URSS mantém o seu firme empenhamento na procura de um acordo honesto com os EUA sobre redução de armamento.

Editorial

NOVO GOVERNO: NEM «AD» NEM COM A «AD»

Após a contagem oficial dos votos das eleições autárquicas na madrugada do dia 13, o Governo da Aliança reacçãoária no Poder, dirigido pelos dois chefes máximos da coligação, era um Governo estupidamente derrotado. Após a decisão de terça-feira do Presidente da República, o Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral tornou-se um Governo formalmente demitido.

Na sequência de um veredicto popular tão categórico como o de 12 de Dezembro esta mudança é, no plano institucional, um passo lógico para uma situação política qualitativamente nova.

Dela há que tirar agora as necessárias consequências. A vontade popular, expressa mais uma vez nas potentes demonstrações da noite de ontem por todo o País, e seguramente nas que hoje vão ter lugar, têm um sentido inequívoco — é imperioso mudar de política e de Governo, a «AD» deve largar o Poder.

Justamente se acentuava na Resolução do Comité Central do PCP, saída da sua reunião plenária de sábado que se prolongou pelas primeiras horas de domingo, que a demissão do primeiro-ministro Pinto Balsemão culminava a completa falência da política da «AD» e aparece como um resultado da luta do povo e do voto popular de 12 de Dezembro.

«A demissão do Primeiro-Ministro do Governo «AD» coloca na ordem do dia, no imediato, o afastamento da «AD» do Poder e uma saída constitucional para a crise».

Desde já uma situação nova está criada também em termos de administração do País. Importa afirmar que Balsemão é agora o Primeiro-Ministro demitido de um Governo demitido.

É importante vincar esta particularidade no momento em que o Governo demitido de Balsemão e Freitas do Amaral já mostrou querer para si próprio um estatuto inconstitucional.

A decisão do Presidente da República de aceitar o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, implica a demissão institucional de todo o Governo.

A partir de terça-feira última o Primeiro-Ministro demitido e o Governo demitido encontram-se num regime de simples gestão dos negócios correntes do Estado até à formação de um novo Governo, qualquer que ele venha a ser.

A queda do Governo é um efeito automático, constitucional da demissão do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República. O Primeiro-Ministro demitido e o Governo demitido devem compenetrar-se de que desde terça-feira à noite, só podem — por imperativo da Constituição — assegurar a gestão corrente dos negócios do Estado. E nada mais.

Com a queda do Governo caem não só as propostas legislativas já feitas e não aprovadas pela Assembleia da República antes da demissão do Primeiro-Ministro, como lhe são interditas quaisquer novas propostas de lei ou actos governativos de uma administração normal.

Esta prevenção é inteiramente justificada depois da tentativa que o Governo, já em estado demissionário, por motivo da formalização do pedido do Primeiro-Ministro, quis levar avante na sessão parlamentar de terça-feira.

O Governo demissionário procurou num último aranco efectivar um golpe legislativo que, a resultar, significaria a prática liquidação das nacionalizações e o abastardamento do Estatuto das Empresas Públicas susceptível de abrir o caminho à reprivatização «legal» das mais rentáveis do Sector Empresarial do Estado.

O Governo quis consumir uma verdadeira operação de «contrabando legislativo» — como justamente se lhe chama no texto da impugnação do Grupo Parlamentar do PCP — fazendo incluir na Lei do Plano as autorizações legislativas para a revisão da famigerada Lei de Delimitação dos Sectores e o «Estatuto das Empresas Públicas».

Era uma tão grosseira violação das normas constitucionais que o próprio Governo teve de recuar e retirar tais propostas.

Este sujo episódio é não somente um traço de carácter do Governo actualmente demitido como constitui uma amostra das suas intenções enquanto estiver à frente da administração do País.

O Povo português já conhece esta forma de violação da Constituição e da lei por parte de governos de direita, como o de Mota Pinto no período imediatamente anterior às eleições de 79. Uma verdadeira diarreia legislativa marcou os últimos dias daquele governo.

Até ao seu último dia como primeiro-ministro demitido, Mota Pinto avançou com uma catadupa de decretos-lei legais exorbitando os limites de um governo de gestão, intensificando a ofensiva contra os trabalhadores, desencadeando operações repressivas contra a Reforma Agrária, entrando abertamente na confrontação institucional.

A evocação das ilegalidades e atropelos de Mota Pinto como primeiro-ministro demitido não é sem razão porque mais uma vez se volta a falar de Mota Pinto.

Em circunstâncias que colocam com força na ordem do dia a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure a democraticidade de eleições antecipadas e a sua realização nos prazos constitucionais como medidas necessárias e imediatas para a saída da crise, nos círculos da «AD» uma desesperada tentativa de sobrevivência da coligação governante está em curso.

Os partidos componentes da «AD» e as suas cliques dirigentes estão apavorados com a hipótese de perderem as alavancas do Governo e da Assembleia da República no caso de o Presidente da República dissolver a AR e marcar novas eleições legislativas no prazo constitucional de 90 dias.

Toda uma filosofia de sobrevivência é posta em circulação tendente a negar o verdadeiro sentido da estroada derrota eleitoral da «AD» nas eleições de 12, que revelam um quadro político favorável às forças democráticas sem correspondência no actual xadrez parlamentar e que claramente apontam para a necessidade de uma nova consulta eleitoral.

Os chefes dos PSD e do CDS que se digladiam bruta e entre si numa insanável pugna pela hegemonia da «AD», põem-se significativamente de acordo para negar às eleições autárquicas de 12 de Dezembro o seu verdadeiro sentido político e institucional.

Uns e outros tentam desesperadamente travar a fundamentada e necessária iniciativa do Presidente da República de usar as suas competências constitucionais e convocar novas eleições como saída imediata para a crise.

Uma autêntica chicana se processa nos arraiais da «AD» para ludir o inequívoco mandato popular do dia 12.

A «AD», os partidos componentes através dos seus órgãos dirigentes, os seus barões mais braço-

nados, procedem como se lhes competisse a designação do futuro Primeiro-Ministro, como se a queda do Governo se devesse considerar uma simples remodelação governamental no quadro da maioria parlamentar actual.

Nos círculos da «AD» defende-se a necessidade de um «governo forte» saído da actual maioria e de um «homem forte» para Primeiro-Ministro.

E no meio de conhecidos nomes de políticos que como governantes mostraram sobejamente a sua cara reacçãoária, falam com acento particular no nome desclassificado de Mota Pinto.

Este novo «professor de Coimbra» reivindica mais dias para «reflexão» mas vai insinuando a Balsemão, num coro em que certos comentaristas da «AD» apelam ao «patriotismo» do Primeiro-Ministro demitido, as iniciativas mais impopulares imediatas, claramente inconstitucionais.

Significativamente, Mota Pinto, o mandatário de Soares Carneiro às eleições presidenciais de 1980, sugere a Balsemão que resolva antes de recolher a penates, a grave questão das chefias militares e a aprovação do OGE.

O mesmo Balsemão, também significativamente a fazer-se para o tal «patriotismo» e para as violações do estatuto de governo de gestão, que é o seu desde terça-feira, diz, referindo que está mandatado pelo PSD «para encontrar quem lhe suceda», que em «tempo razoável» esse nome será avançado.

Neste quadro, que inequivocamente exige as necessárias medidas institucionais para correr com a «AD» da área do Poder, se situa a Resolução saída do Comité Central do PCP, na sua Reunião Plenária de sábado, um documento com a dimensão política de uma formação que nas eleições do dia 12 recebeu o voto de um quinto do eleitorado com a responsabilidade de autarquias que cobrem mais de 30% do território continental, com reforçada implantação nas grandes zonas de concentração industrial e da Reforma Agrária e que começa a alargar a sua área de influência aos concelhos rurais da pequena e média exploração agrícola.

A Resolução do Comité Central exprime uma posição que reflecte profundo sentir das vastas massas populares, afirmado nas ruas, mas reclamando com força medidas imediatas no quadro actual das instituições e da Constituição.

As grandiosas demonstrações de ontem e seguramente as que vão realizar-se ainda hoje, representam um imperativo mandato popular às forças democráticas e aos órgãos de soberania não dominados pela «AD» para que os resultados das eleições autárquicas do dia 12 produzam as decisões políticas imediatas de que a demissão do Governo Balsemão/Freitas foi o primeiro passo.

São elas: a dissolução da Assembleia da República, a formação de um Governo de gestão idóneo e a marcação de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

«Portugal necessita com urgência não só de um novo Governo como de uma nova política.» — diz-se na Resolução do CC do PCP.

«Está criada uma situação que permite no imediato uma viragem democrática na vida nacional.»

«As forças da democracia, se unidas, estão em condições de assegurar que uma tal viragem se produza.»

São conclusões que o evoluir da crise governativa confirma na sua justeza e actualidade.

PCP

O PCP representado nas comemorações do 60.º aniversário da fundação da União Soviética

Partiu para Moscovo, onde representa o Partido Comunista Português nas comemorações do 60.º aniversário da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, uma delegação composta pelos camaradas Octávio Pato, membro da Co-

missão Política e do Secretariado do CC, e Aboim Inglês, do Comité Central.

Com o mesmo objectivo encontra-se na URSS, a convite do Konsomol Leninista, o camarada Henrique Neves, do Secretariado e da Comissão Executiva da CC da JCP.

As celebrações do 60.º aniversário da URSS iniciaram-se na passada terça-feira, em Moscovo, com uma sessão solene promovida conjuntamente pelo Soviete Supremo, pelo Comité Central do PCUS e pelo Soviete Supremo da República Socialista Federativa da Rússia.

Saudação do CC do PCP

O Comité Central do PCP enviou ao CC do Partido Comunista da União Soviética a seguinte saudação:

Queridos Camaradas Na passagem do 60.º Aniversário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores e homens progressistas de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português envia calorosas saudações fraternais ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético.

A criação, em 30 de Dezembro de 1922, no caminho revolucionário rasgado pelo Grande Outubro, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o seu ulterior desenvolvimento, comprovam que a classe operária do País dos Soviéticos, sob a direcção do Partido de Leni-

ne, cumpriu e cumpre com êxito a sua missão histórica libertadora; constituem uma obra colectiva gigantesca de gerações sucessivas de homens e mulheres de todas as nações e etnias da União Soviética, que forjaram através da luta em comum e do trabalho fraterno uma nova comunidade histórica, o povo soviético; representam um acontecimento de alcance universal, inaugurando uma nova etapa na vida da Humanidade.

Na base do exercício do poder pela classe operária aliada ao campesinato e da socialização dos meios de produção, pôndio fim à exploração do homem pelo homem, o poder soviético quebrou definitivamente as seculares cadeias do jugo social e nacional e instaurou um regime de igualdade, respeito e ajuda mútua, onde a crescente satisfação das ne-

cessidades e o mais pleno desabrochar das capacidades de todos os homens pelo trabalho, é o valor supremo. O poder soviético resolveu em curtos espaços históricos a tarefa de vencer o atraso económico, social e cultural das nações e etnias outrora oprimidas, assegurando de direito e de facto a igualdade entre todas as repúblicas e nacionalidades. Promoveu a ritmo sem precedentes o crescimento do poderio material e do florescimento espiritual da URSS, defendendo-a heróica e vitoriosamente da bárbara agressão nazifascista, e incrementando, em formas e em escala sem paralelo, a intervenção democrática dos trabalhadores na sua própria governação. O poder soviético caminhou seguramente na via da superação das milenárias desigualdades sociais entre a mulher e o homem, o campo e a cidade, o trabalho manual e o trabalho intelectual. Edifica hoje uma sociedade socialista desenvolvida, onde se desbravam já os caminhos de avanço para a sociedade sem classe do futuro, o comunismo.

A criação e as realizações da URSS constituem um manancial de experiências e um exemplo inspirador para a luta de emancipação das massas trabalhadoras e dos povos do mundo inteiro. Nos sessenta anos da sua existência, a URSS é a comprovação inequívoca de que só o socialismo garante a liquidação da opressão e exploração nacionais e sociais, é uma demonstração viva da superioridade e da necessidade históricas do Socialismo.

Das realizações e vitórias da URSS e da solidariedade internacionalista do seu povo, são inseparáveis todas as profundas transformações revolucionárias dos nossos tempos, que mudaram a face do mundo e definem o sentido essencial da época contemporânea: outras revoluções socialistas em todos os continentes, a formação da comunidade dos países socialistas, o ascenso global do movimento comunista e operário, a derrocada do sistema colonial e os sucessos históricos do movimento de libertação nacional, fazendo surgir perspectivas novas de avanço para o socialismo. A Revolução portuguesa do 25 de Abril e a liquidação do império colonial português, com o nascimento de novos Estados independentes e progressistas, obra da luta dos povos respectivos, não podem também desligar-se da existência e realizações da

URSS e do mundo socialista, do sucesso da sua política de desanuviamento, da sua solidariedade internacionalista constante.

A URSS e a comunidade dos países socialistas inauguraram um novo tipo de convivência internacional e contribuíram, prosseguindo com firmeza a política de coexistência pacífica, para promover no mundo de hoje relações internacionais justas, no interesse de todos os povos, da independência, da igualdade, do progresso social e da paz.

No momento actual, perda e iniciativa histórica, o imperialismo encontra-se mergulhado numa profunda crise global, económica, social, política e moral, sem precedentes. E confronta-se no mundo inteiro, não só com a firme realidade da URSS e da comunidade socialista e a sua consequente política de paz, mas também com a luta crescente da classe operária, a acção das mais amplas massas populares, com o movimento de libertação nacional e a decidida reivindicação dos povos por uma vida melhor, a independência e a paz. Por isso as forças mais cegas do imperialismo, em especial norte-americano, estão agudizando criminosamente a

tensão internacional, acelerando loucamente a escalada armamentista, desencadeando campanhas de diversão e intoxicação ideológica, ingerindo-se descaradamente na vida dos Estados soberanos para impor o esmagamento das aspirações e avanços no caminho da justiça social dos seus povos.

É nesta conjuntura, ao mesmo tempo com sérios perigos e fundadas razões de confiança, que os comunistas portugueses formulam ardentes votos a todo o povo soviético de felicidades e novos êxitos na sua vida, de crescente reforço da sua grande pátria, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o mais poderoso baluarte da paz e do progresso social do mundo.

Viva a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética!
Viva a amizade entre o povo português e o povo soviético!
Viva o marxismo-leninismo!
Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português



Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 779829/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 659306.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcazar de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Haska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tragem média do mês de Novembro: 47 787

PCP

Resolução do Comité Central do PCP

As eleições para as autarquias colocam na ordem do dia no imediato o afastamento da «AD» do Poder

Os resultados das eleições autárquicas de 12 de Dezembro constituíram uma estrondosa derrota da «AD» e uma grande vitória da democracia.

Confirmando de forma clamorosa que a «AD» não conta nem com apoio social e político, nem com apoio eleitoral para continuar a constituir governo e a dispor de maioria na Assembleia da República,

os resultados das eleições autárquicas amadureceram as condições para a imediata demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que garanta a democraticidade de novas eleições, e a realização de eleições antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

O pedido de demissão do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão que acaba de veri-

ficar-se culmina um longo processo de fadência e desastre da política da «AD» e aparece como resultado da luta do povo e do voto popular de 12 de Dezembro.

A demissão do Primeiro-Ministro do Governo «AD» coloca na ordem do dia, no imediato, o afastamento da «AD» do Poder e uma saída constitucional para a crise.

1.

Estrondosa derrota da «AD»

1. A «AD» e os partidos que a compõem (PSD e CDS) sofreram nas eleições de 12 de Dezembro uma estrondosa derrota.

2. Essa derrota da «AD» e dos partidos que a compõem exprime-se designadamente nos seguintes resultados:

- a) Perda de 204 000 votos em comparação com as eleições autárquicas de 1979 e de 634 000 votos em comparação com as eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro de 1980, na base de cujos resultados se constituiu uma maioria «AD» na Assembleia da República e se formou o Governo «AD». Em cada 100 pessoas que votaram na «AD» ou nos partidos que a compõem em 5 de Outubro de 1980, 23 deixaram de votar na «AD» em 1982.
- b) Baixa de uma percentagem nacional de 47%, quer nas eleições autárquicas de 1979, quer nas eleições legislativas de 1980, para 42%.
- c) Pesadas baixas no distrito de Lisboa, no distrito do Porto e noutros distritos.

d) Perda da Presidência em 26 Câmaras Municipais e em 250 Juntas de Freguesia; da maioria absoluta em Lisboa, Porto e muitos outros municípios e freguesias; de cerca de 1500 mandatos em Assembleias de Freguesia, 475 em Assembleias Municipais e 120 em Câmaras Municipais.

3. A derrota da «AD» não é uma falsa questão de «desgaste do Poder». É a derrota da sua política e da sua actuação nas autarquias e no Governo. A votação de 12 de Dezembro tem o valor de um repúdio popular generalizado contra a política do Governo que conduziu ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, à destruição parcial de conquistas de Abril, ao desastre da economia, à subserviência ao imperialismo norte-americano, às ameaças de golpe contra o regime democrático.

4. Os resultados confirmam, de forma evidente, no plano eleitoral, a redução da base de apoio social e político da «AD».

A «AD» é uma minoria. Perdeu qualquer legitimidade para governar.

2.

Vitória da APU

1. A APU registou nas eleições de 12 de Dezembro uma importante vitória.

2. A vitória da APU traduziu-se nos seguintes resultados:

- a) Votação global de 1 077 000 votos (21%) para as Assembleias Municipais, alcançando 20,7 para as Câmaras Municipais e 21,3 para as Assembleias de Freguesia. Trata-se de um aumento de 34 800 votos em relação às eleições autárquicas de 1979 e de 76 000 votos em relação às eleições legislativas de 1980 e das mais elevadas percentagens alcançadas pela APU em quaisquer eleições.
- b) Aumento notável do número de votos e de percentagem no distrito de Lisboa (mais 31 000 votos, atingindo 30,6%), no distrito do Porto (mais 11 000 votos, atingindo 15%) e noutros distritos.
- c) Conquista da maioria em mais 5 Câmaras (Elvas, Mourão e Ourique ao PSD e Nisa e Vila do Bispo ao PS), conseguindo assim a maioria em 55 Câmaras, ou seja mais 5 do que as alcançadas em 1979 e mais 18 do que em 1976.

A APU foi a única formação política a não perder nenhuma Câmara. A área dos municípios administrados pela APU subirá assim a 30,6% da superfície territorial do País, onde vivem 1 720 000 habitantes.

- d) Passagem da maioria simples para a maioria absoluta de mandatos nas Câmaras de Setúbal, Chamusca e Vila Real de Santo António e nas Assembleias Municipais de Loures, Montijo e Setúbal.
- e) Conquista da Presidência em 334 Juntas de Freguesia, ou seja mais 35 do que em 1979 e mais 139 do que em 1976.
- f) Reforço das posições em numerosas freguesias de maioria APU, passando em muitas de maioria simples para maioria absoluta.
- g) Votação em massa nos concelhos e freguesias da zona da Reforma Agrária, atingindo 55% nos distritos de Beja e Évora e em concelhos do distrito de Santarém e de Setúbal e pela primeira vez os 30% no distrito de Portalegre, numa demonstração vigorosa do apoio popular à Reforma Agrária.

Declaração do CC do PCP

No passado domingo, poucas horas depois de ter sido conhecida a decisão de Pinto Balsemão de se demitir, o Comité Central do PCP divulgou a seguinte declaração:

1. Pinto Balsemão acaba de anunciar o seu pedido de demissão de Primeiro-Ministro. Este facto culmina a completa falência da política da «AD» e constitui uma vitória democrática de grande transcendência.

2. A demissão do Primeiro-Ministro é o resultado de uma longa, grandiosa, tenaz e corajosa luta dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas portugueses traduzida na palavra ouvida de norte a sul de Portugal: «Balsemão para a rua» e exigindo o afastamento da «AD» do poder.

3. A demissão do Primeiro-Ministro surge no momento presente como consequência directa da estrondosa derrota da «AD» e da grande vitória da democracia

nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

A demissão do Primeiro-Ministro é um extraordinário êxito da luta dos trabalhadores e dos democratas, que cria condições fundamentais para pôr finalmente termo a uma política contrária aos interesses do povo e do país, impedir a consumação do plano subversivo e golpista da «AD» e abrir caminho a uma alternativa democrática.

4. O CC do PCP faz uma solene advertência de que a saída da crise governamental agora aberta não pode de forma alguma ser a formação de um novo governo da «AD» ou com a «AD».

O que está em causa não é a substituição de um homem, mas a substituição de uma política e das forças políticas que estão no poder.

Qualquer tentativa de manter mais tempo a «AD» no poder seria contrariar

frontalmente a vontade do povo português democraticamente expressa nas eleições de 12 de Dezembro. Seria absurdo que fossem encarregados de formar governo partidos políticos que acabam de sofrer uma estrondosa derrota eleitoral, revelando terem apenas um apoio minoritário. Tal tentativa conduziria ao agravamento da situação política, económica e social, a novos sofrimentos para o povo português, a novas acções de destruição das conquistas democráticas, a novos perigos para o regime e à continuação da degradação da situação portuguesa a caminho de um grande desastre nacional.

5. A demissão do Primeiro-Ministro do governo «AD» coloca na ordem do dia no imediato o afastamento da «AD» do poder e uma saída constitucional para a crise.

6. Na situação criada a única solução que se impõe é a formação de um governo de gestão que assegure a democrati-

dade de futuras eleições, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

7. O CC do PCP faz um apelo a todos os democratas para que se unam neste momento que pode ser decisivo para o futuro do Portugal de Abril.

8. O CC do PCP faz um apelo aos trabalhadores, a todos os democratas e patriotas para que nos dias próximos empreendam as mais variadas formas de luta exigindo a formação de um governo de gestão, a dissolução da Assembleia da República e realização de eleições antecipadas.

9. Criou-se, finalmente, em consequência da luta do povo uma situação que permite no imediato uma viragem democrática na vida nacional.

As forças da democracia, se unidas, estão em condições de assegurar que uma tal viragem se produza.

PCP

h) Fortes subidas de votação nas zonas industrializadas, com particular relevo em Lisboa, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Oeiras, Cascais, Sintra, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Moita, Setúbal, Porto, Santo Tirso, Maia, Gondomar, Gaia e Valongo.

Foram assim alcançados no essencial os objectivos a que a APU se propusera: reforçar as maiorias absolutas, alcançar maiorias absolutas em Câmaras, Assembleias e Juntas onde anteriormente a APU dispunha de maioria relativa, conquistar a maioria em novas Câmaras, Assembleias e Juntas e aumentar o número global de votos (ou a percentagem) e o número de eleitos.

3. **Procedendo à análise dos resultados e sublinhando a vitória alcançada**, o CC examinou também atentamente certas descidas nas votações na APU (número e percentagem), particularmente em concelhos onde elas foram mais sensíveis. Aos organismos de direcção e às organizações do PCP respectivas cabe fazer uma cuidadosa análise de tais resultados a fim de discernirem as suas

causas objectivas e subjectivas e tomarem eventualmente as medidas adequadas.

4. As vitórias da APU traduzem duas realidades fundamentais:

— a obra realizada, a seriedade, competência, capacidade de gestão do PCP e da APU nas autarquias e o prestígio dos seus candidatos;

— o apoio de massas à orientação e à actuação do PCP e às suas posições na política nacional.

5. O Comité Central saúda calorosamente todos os candidatos da APU em 12 de Dezembro, todas as organizações e militantes do Partido e da JCP que com o seu extraordinário trabalho contribuíram decisivamente para o sucesso eleitoral. Saúda igualmente o MDP/CDE, os democratas independentes e os socialistas que participaram nas listas e na campanha da APU.

6. A vitória da APU constitui uma elevada e consequente expressão de oposição democrática à «AD», ao seu Governo e à sua política e de determinação de lutar por uma alternativa democrática.

3.

Parcial recuperação do PS

1. O PS recuperou parte das perdas que anteriormente tinha sofrido em benefício da «AD».

2. Essa recuperação parcial exprime-se designadamente nos seguintes resultados:

a) Obtenção de 1 631 000 votos para as Assembleias Municipais correspondentes a 31,8%, o que representa mais de 272 000 votos do que os que obtivera nas eleições autárquicas de 1979 e menos 28 600 votos do que o que obtivera nas eleições legislativas de 1980.

b) Obtenção de maioria em mais 23 Câmaras Municipais, o que compensa parcialmente a perda de 55 presidências em 1979.

3. O aumento de votos e de percentagem e os ganhos de Câmaras Municipais pelo PS, conforme sublinhou a Comissão Política do CC na sua nota de 13/12/82, tem causas muito contraditórias:

a) Largo descontentamento contra o Governo «AD».

b) Recuperação parcial de votos anteriormente perdidos.

c) Apresentação de listas separadas do CDS e PSD em concelhos onde anteriormente estes dois partidos concorreram unidos na «AD».

d) Voto útil de democratas contra a «AD».

e) Voto útil de reaccionários contra a APU.

f) Facilidades concedidas exclusivamente ao PS desde muito antes da campanha eleitoral nos meios de comunicação social (designadamente na RTP e RDP) de forma a travar a deslocação de votos para a APU.

O PS colheu frutos da acção política do PCP e da luta dos trabalhadores e das massas populares contra o Governo «AD» e em defesa da democracia, luta que o PS não só não apoiou como hostilizou. A nível local certos candidatos do PS invocaram a sua qualidade de socialistas «da linha do ex-Secretariado», opostos à aliança do PS com a direita. Outros invocaram a figura e o prestígio do Presidente da República, ao mesmo tempo que os seus dirigentes reclamavam a sua demissão.

4. O CC do PCP, chamando a atenção para certos aspectos inseguros, errados e contraditórios dos votos no PS, salienta entretanto que **a votação no PS foi essencialmente uma votação contra a «AD» e os partidos que a compõem e reflectiu também o profundo descontentamento provocado pelo Governo «AD» e a vontade de uma mudança democrática.**

4.

O afundamento do esquerdismo

1. Os agrupamentos esquerdistas sofreram uma nova queda vertical reduzindo-se actualmente a pequenos núcleos em completa desagregação.

2. A continuação da queda da UDP traduz-se nos seguintes resultados: perda de 33 000 votos em relação às eleições autárquicas de 1979 e de 48 000 votos (menos 58%) em comparação com as eleições legislativas de 1980, ficando a UDP reduzida a 34 800 para as Assembleias Municipais.

3. A concorrência dos agrupamentos esquerdistas às eleições, sem qualquer hipótese de eleger os seus candidatos, serviu apenas (apesar da sua fraquíssima implantação) como factor de divisão do eleitorado democrático. Em alguns casos as pequenas votações em listas da UDP teriam bastado para, acrescentadas às grandes votações da APU, fazer eleger

os candidatos APU e derrotar a direita, como sucedeu por exemplo nos Olivais, a maior freguesia de Lisboa.

4. Aparecendo com fachada aparentemente esquerdista, usando a foice e o martelo e procurando estabelecer a confusão com o PCP, grupos ao serviço da reacção (como é o caso do MRPP) continuaram a sua acção provocatória. A diminuição dos votos que por engano conseguiram obter mostra entretanto que o povo português está cada vez mais advertido e vigilante.

5. Os resultados das eleições comprovam a falência, a desagregação e o processo de degradação crescente do esquerdismo e a sua integração (objectivamente considerada em alguns casos e subjectiva e conscientemente noutros casos) na estratégia da contra-revolução.



5.

Processos antidemocráticos impediram o total desastre da «AD» e beneficiaram o PS

1. O CC salienta que a derrota da «AD» teria sido ainda mais estrondosa e os êxitos da APU superiores aos obtidos se não se tivesse verificado sérias limitações ao exercício de liberdades e direitos e na democraticidade do processo eleitoral.

2. O CC sublinha particularmente:

a) A monopolização e utilização pela «AD» dos meios de comunicação social estatizada, designadamente a RTP, a RDP e os jornais, para conduzir ao longo de meses e meses uma constante e monstruosa campanha de desinformação, de intoxicação da opinião pública, de mentiras, calúnias e infâmias contra as forças democráticas, designadamente contra o PCP e o movimento operário e popular.

b) A escandalosa discriminação e prática exclusão da APU na utilização dos meios de comunicação social do Estado ocupados pela «AD», e abertos preferencialmente ao PS, na base de acordos ilícitos que desrespeitaram frontalmente o tão apregoado pluralismo e igualdade de direitos dos partidos, silenciaram uma das principais forças concorrentes e perverteram a campanha eleitoral.

c) A utilização do Poder para fazer da mentirosa valorização da actuação do Governo «AD» um elemento central de propaganda eleitoralista.

d) A utilização de fundos públicos para medidas demagógicas de última hora com vista à caça ao voto.

e) O uso pelos caciques da «AD» de ameaças, intimidações e formas de coacção material e moral.

3. Não só a «AD», mas também o PS teriam recebido um número considerável-

mente inferior de votos, se não tivessem sido beneficiados e privilegiados pelo Governo «AD» na utilização dos meios de comunicação social do Estado, a fim de evitar uma subida mais acentuada da APU.

4. A expressão da vontade democrática do povo foi ainda deformada e diminuída por virtude da aliança do PS com a «AD». Os acordos entre a direcção do PS e a «AD» adquiriram particular expressão:

a) Na desistência da «AD» em apresentar listas em diversos concelhos (Arraiolos, Borba, Barrancos, Cuba, Golegã, Crato) a fim de concentrar os votos da direita no PS e tentar assim impedir a maioria da APU.

b) No apelo directo ao voto no PS da propaganda da «AD» em diversos concelhos (caso do CDS em Alenquer) e freguesias.

c) Na participação de conhecidos elementos da «AD» (do CDS e do PSD) em listas do PS.

d) Na formação de listas ditas de cidadãos eleitores, mas de facto de coligações do PS com a «AD» para impedir a vitória da APU.

5. Denunciando estes processos e sublinhando que, se eles não se tivessem verificado, não só a «AD» teria sofrido ainda uma maior derrota, como muitos votos no PS teriam ido para a APU, o CC confirma entretanto que **o resultado das eleições para as autarquias de 12 de Dezembro constitui uma estrondosa derrota da reacção e uma vigorosa e poderosa afirmação da oposição do povo português à «AD» e da sua determinação de lutar por uma alternativa democrática, tanto nas autarquias, como no Governo e na Assembleia da República.**

6.

A «AD» – uma minoria sem legitimidade nem capacidade para governar

1. As eleições de 12 de Dezembro comprovam o que o PCP de há muito vem afirmando na base de factos e acontecimentos da vida nacional: **que a base de apoio da «AD» se tem reduzido progressivamente e que a «AD» só dispõe no País do apoio de uma minoria.**

2. Pela sua actuação inconstitucional e ilegal, pela sua violação constante da legalidade democrática, pelo abuso do Poder, pelos seus crimes contra as conquistas democráticas, pela degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo, pela catástrofe a que conduz a economia nacional, pelas suas ofensas às liberdades e direitos dos cidadãos, pela sua subserviência em relação a governos estrangeiros, pelo seu plano subversivo e golpista – de há muito a «AD» perdeu qualquer legitimidade para governar.

3. O CC chama a atenção para o elevado significado do cálculo rigorosamente feito e já divulgado pela SIP do PCP: se as eleições de 12 de Dezembro tivessem sido para a Assembleia da República, a «AD» teria perdido 17 deputados, a APU

teria ganho 10, o PS teria ganho 8, e a UDP perdido o seu deputado (supondo que se mantinham as votações na emigração). A APU passaria de 41 para 51 deputados, o PS (com a UEDS e ASDI) de 74 para 82. A «AD» passaria de 134 deputados para 117 ficando pois em minoria na Assembleia da República.

4. Se se tiver em conta que nas eleições autárquicas (listas por concelhos e freguesias) a influência dos caciques reaccionários locais se faz sentir mais do que nas eleições legislativas (listas de deputados por distrito) e que o descontentamento com a política do Governo se faz sentir menos, é de concluir que, em eleições para a Assembleia da República, a «AD» sofreria uma derrota ainda maior e que a sua representação na Assembleia da República ficaria, com toda a probabilidade, muito abaixo dos 117 deputados.

5. O pedido de demissão de Pinto Balsemão comprova, não só que o povo português não quer mais que a «AD» governe, como também que a «AD» deixou de estar em condições de governar.

7.

Impedir a usurpação do Poder

1. A demissão do Primeiro-Ministro significa a demissão do Governo. E uma vez demitido, o Governo cessante tem constitucionalmente de limitar-se a assegurar os assuntos correntes do Estado, sendo-lhe completamente interdito exceder tais competências.

2. Mesmo antes do pedido de demissão do Primeiro-Ministro «AD», era já verdadeiramente escandaloso e inadmissível que partidos que acabavam de sofrer uma clamorosa derrota eleitoral que demonstra cabalmente que não assentam numa maioria, pretendessem continuar usurpando o Poder e tomar decisões inconstitucionais da mais alta gravidade para o regime democrático, a economia portuguesa, o bem-estar dos cidadãos e a independência nacional.

Era já verdadeiramente escandaloso e inadmissível que a «AD» pretendesse aproveitar a votação das leis do Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1983 para fazer passar, subreptícia e inconstitucionalmente, uma nova lei de delimitação dos sectores e de estruturação do sector público, que abriria completamente ao capital privado a banca e os seguros, as indústrias cimenteira, cervejeira e os sectores básicos da economia, daria ao Governo a possibi-

lidade de permitir a invasão pelo grande capital dos sectores da petroquímica, siderurgia e armamento e de entregar ao capital privado todas as empresas que não tenham sido directa e integralmente nacionalizadas.

Era já verdadeiramente escandaloso e inadmissível que um primeiro-ministro derrotado nas eleições e sem crédito na própria «AD» tenha ido aos Estados Unidos negociar o alargamento das facilidades concedidas em território português às forças armadas norte-americanas, fazendo correr o risco de transformar Portugal (designadamente a base aérea de Beja) numa base de acções militares agressivas e provocatórias do imperialismo norte-americano.

3. Com o pedido de demissão do Primeiro-Ministro todas essas iniciativas reaccionárias – que constituíam um insolente desafio e uma revoltante afronta à Constituição, às instituições e à vontade do povo português claramente expressa nas últimas eleições – caem por terra e deixam de poder ter qualquer seguimento jurídico ou político.

4. O Comité Central adverte da usurpação do Poder que representariam quaisquer tentativas de um governo demissionário levar por diante tais projectos já por si inconstitucionais.



8.

Imediata dissolução da Assembleia da República formação de um governo de gestão convocação de eleições antecipadas

1. Demitido o Governo «AD», impõe-se a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure a democraticidade de futuras eleições, e realização de eleições gerais antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

2. O Comité Central adverte das manobras já em curso por parte dos partidos da «AD» no sentido de impedir que se concretizem as consequências constitucionais e políticas do pedido de demissão de Pinto Balsemão.

Designadamente:

- as declarações de dirigentes do PSD relativas à sua eventual decisão de «substituírem» o Primeiro-Ministro, declarações que constituem um verdadeiro insulto às instituições, pois quando muito o que os partidos da «AD» podem fazer é propor um outro Primeiro-Ministro ao Presidente da República no quadro das consultas aos partidos que este faça ao abrigo dos preceitos constitucionais;
- o propósito de o Governo demissionário se não limitar ao exercício das suas competências e queira tomar decisões que a Constituição expressamente lhe proíbe;
- a tentativa de fazer sobreviver o Governo «AD» ou formar outro governo «AD» o que aprofundaria não só a crise política, mas a crise económica e social em que a «AD» mergulhou o País.

3. O CC adverte também o povo português e todos os democratas das graves consequências que resultariam da tentativa de formação de um «governo de salvação nacional», ou de «concertação» ou «consenso nacional», com participação da «AD» e do PS, ou do PS e PSD. A formação de um tal governo seria uma nova tentativa de salvar a «AD» e a sua política precisamente no momento em que todas as condições estão criadas para a derrota definitiva da reacção e a tomada de decisões que abram caminho a uma alternativa democrática.

4. Portugal necessita com urgência não só de um novo governo como de uma nova política.

Urge uma política verdadeiramente nacional, que defenda em todos os aspectos os interesses portugueses, que mobilize os recursos nacionais, e que, baseada na energia, na vontade e no apoio dos trabalhadores e das massas populares, promova o aumento da produção industrial e agrícola e o desenvolvimento económico geral.

O CC salienta que os graves problemas que o País defronta só podem resolver-se no quadro da Constituição e das conquistas democráticas alcançadas com a Revolução e não com a política da «AD» que tem como objetivo destruí-las.

5. O CC faz um apelo a todos os democratas para que se unam neste momento que pode ser decisivo para o futuro do Portugal de Abril. Faz um apelo aos trabalhadores, a todos os democratas e patriotas, para que nos dias próximos empreendam as mais variadas formas de luta exigindo a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas.

6. Estão criadas as condições fundamentais para pôr finalmente termo a uma política contrária aos interesses do povo e do País, impedir a consumação do plano subversivo e golpista da «AD» e abrir caminho a uma alternativa democrática.

7. Em consequência da longa, tenaz e corajosa luta dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas, e como resultado directo da estrondosa derrota da «AD» e da vitória da democracia nas eleições de 12 de Dezembro, está criada uma situação que permite no imediato uma viragem democrática na vida nacional.

As forças da democracia, se unidas, estão em condições de assegurar que uma tal viragem se produza.

19 de Dezembro de 1982

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Acompanhado pelos camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Aurélio Santos, do Comité Central, o secretário-geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal, expõe aos jornalistas, na conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira na sede central do Partido, as conclusões da reunião do CC (foto ao lado) sobre as eleições autárquicas e sobre o significado atribuído pelos comunistas à demissão do Primeiro-Ministro. «Raras vezes os acontecimentos terão tão imediatamente comprovado a correcção da análise feita», afirmou Alvaro Cunhal. «O pedido de demissão de Pinto Balsemão comprova o facto de que os resultados das eleições para as autarquias puseram na ordem do dia no imediato o afastamento da «AD» do Poder».

Saudações de Partidos irmãos

Os resultados vitoriosos obtidos pelo PCP no quadro da APU motivaram significativas saudações de Partidos Comunistas Irmãos que no próximo número publicaremos. Entre muitas outras recebemos saudações dos Partidos Comunistas da Grécia, da França, da Itália e da Espanha.

PCP



Povo de Alcântara prestou homenagem a Dias Coelho

«Continuar a luta pelos ideais que nortearam a vida de Dias Coelho é a melhor homenagem que lhe podemos prestar», disse o camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do PCP à homenagem-comício, realizada no passado domingo em Alcântara, freguesia em que a APU nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro conquistou a maioria.

A vida e a luta do camarada José Dias Coelho, assassinado pela Pide no dia 19 de Dezembro de 1961, foram evocadas na homenagem-comício, promovida pela Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP e que reuniu centenas de camaradas e amigos do Partido, além de outros democratas.

Na mesa que presidiu à homenagem encontravam-se os camaradas eleitos para a Junta de Freguesia e ainda camaradas do Comité Local de Lisboa e do CC.

Também presente uma irmã de Dias Coelho: Maria Adelaide Aboim.

O camarada José Godinho, eleito para a presidência da Junta de Freguesia de Alcântara, na sua intervenção prestou homenagem à luta de Dias Coelho e não deixou de referir a confiança e grande admiração que Dias Coelho tinha pela população e gente trabalhadora de Alcântara, agora confirmada com a vitória alcançada pela APU nesta freguesia.

Mais adiante, fez um apelo ao PS para o trabalho numa Junta democrática. A concluir, salientou algumas das prioridades a concretizar na freguesia, nomeadamente: um novo mercado, o problema da habitação e trânsito, um centro de dia para idosos e um boletim de informação para a população.

Foram referidas mensagens dos Pioneiros, da JCP e da URAP (que transcrevemos noutro local).

O camarada José Casanova encerrou o comício.

A partir dos resultados de Alcântara, assinalou os progressos eleitorais da APU, de-

signadamente no distrito de Lisboa.

Na análise que fez dos resultados eleitorais, condenou e desmistificou a atitude da direita e dos órgãos de informação por ela controlados de tentarem subestimar os avanços da APU.

Salientou a luta de centenas de milhares de trabalhadores em todo o País e os resultados eleitorais que tiveram reflexo na desagregação da «AD» e na demissão do Primeiro-Ministro.

Não deixou de alertar que, face ao momento presente, não se trata só da falência da «AD» e da demissão de Balsemão.

A dissolução da Assembleia da República, a nomeação dum Governo de Gestão isento e a convocação de novas eleições legislativas, num prazo constitucional de 90 dias, são as grandes exigências que, como sublinhou José Casanova, se colocam no imediato.

Continuar a sua luta é a melhor homenagem que podemos fazer-lhe

Discursando no comício de homenagem à memória de José Dias Coelho, o camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, afirmaria na parte inicial da sua intervenção:

Mais uma vez, no aniversário do assassinato do camarada José Dias Coelho, continuar a sua luta é, sem dúvida, a melhor homenagem que podemos fazer-lhe.

José Dias Coelho, a sua vida, a sua luta, a forma brutal como foi assassinado aqui nesta mesma rua, exemplifica de modo transparente aquilo que caracteriza a acção dos comunistas: lutar até ao sacrifício da própria vida se necessário for, para a defesa da liberdade, da democracia, de uma vida melhor para todos os que trabalham.

Ser comunista é isto, de facto. É por saberem a nobreza, a dignidade, a coragem, a abnegação da actividade dos comunistas; é por saberem que os objectivos da luta dos comunistas são do interesse da esmagadora maioria do nosso povo; é por se aperceberem que a cada dia que passa cresce o número daqueles que vêem nos comunistas os mais legítimos representantes dos trabalhadores e do povo português; é por saberem que os comunistas são indispensáveis na procura de uma solução positiva para o futuro do nosso país; é por se aperceberem de tudo isto, e por terem receio da consequência dessa realidade — que os nossos inimigos desenvolvem, com a violência e o ódio que todos conhecemos, uma vergonhosa e miserável campanha anticomunista, de mentira, de mistificação, de manipulação vergonhosa, a partir da comunicação social estatzizada e fundamentalmente da RTP.

José Dias Coelho foi assassinado pela Pide no dia 19 de Dezembro de 1961, neste local da freguesia de Alcântara.

Um camarada que com ele convivia à data do seu assassinato referia a grande admira-

Poder local

Em Ourique

O PSD junta lenha para se queimar...

«Uma trapaça!» afirma João Amaral

Nos últimos dias, veiculadas pela agência Notícias de Portugal (que, abra-se o merecido parêntesis, conseguiu finalmente um lugarzito em primeiras páginas no dia em que lançou esta atoarda...), surgiram notícias sobre a repetição das eleições em duas freguesias de Ourique — Ourique e Santana da Serra. O próprio Ângelo Correia se permitiu afirmar em declarações à RDP-1 que ia ser declarada a nulidade das eleições naquelas duas freguesias.

Essas declarações, como se afirma em nota da SIP do PCP, «além de representarem um descarado abuso das funções públicas colocando-as ao serviço de interesses partidários, representam uma inadmissível e intolerável pressão sobre o Poder Judicial, sobre a assembleia de apuramento geral e a Comissão Nacional de eleições».

Faz notar a SIP que, a existência irregularidades nos cadernos eleitorais (o que aliás daria origem a um procedimento criminal) elas são da responsabilidade do PSD, que tem a maioria nessas Juntas de Freguesia e tem dominado inteiramente as respectivas comissões de recenseamento.

Finalmente, recorda ainda a SIP do PCP, «de acordo com o Art.º 103 da Lei Eleitoral para as autarquias, as irregularidades ocorridas podem ser apreciadas desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentados no acto em que se verificaram. Esta norma visa obviamente impedir que os autores das irregularidades se aproveitem delas só depois de conhecidos os resultados e de verificarem que estes lhes são desfavoráveis. Ora o momento exacto para apresentar o protesto em relação aos ca-

com base numa grosseira deturpação da realidade: a de que a APU teria alguma coisa a ver com a elaboração dos cadernos eleitorais. Completamente falso, como sabem perfeitamente os autores da campanha: é que o Presidente da Câmara de Ourique e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ourique e Santana da Serra (as duas freguesias sobre as quais foi lançada a suspeita de irregularidades) são do PPD, como do PPD são maioritariamente esses órgãos. São eles — homens do PPD, eleitos em 1979 em listas do PPD — os responsáveis pela actualização dos cadernos eleitorais; e são eles também que são responsáveis pelas cópias fornecidas às mesas de voto.

A senhora mandatária da lista do PPD, depois da derrota, vem alegar que há irregularidades nos cadernos. Então, porque não dizem quais são essas irregularidades? Os senhores da AD ainda estão na Câmara e naquelas juntas de freguesia. Fizem os cadernos eleitorais, fizeram as cópias para as mesas de voto, têm a documentação toda sob o seu controlo: querem fazer acreditar que não sabem tudo o que se passou? Claro que sabem. Sabem muito bem que se há irregularidades, elas foram feitas por responsáveis do PSD/AD e obviamente para proveito do próprio PSD/AD. Sabem muito bem que essas irregularida-

des — a existirem — se forem provadas, então constituem crime, punível com pesadas sanções, que podem ir até 8 anos de prisão!

O que cabe perguntar é simples: será que os cadernos nacionais e locais da AD vão entregar à Justiça os seus próprios apaniguados para tentarem conseguir a repetição das eleições? Até agora, parece que há alguma coisa que os impede de seguirem esse caminho. A alegação da mandatária do PSD não tem bases, é frouxa e resume-se nisto: nos cadernos eleitorais daquelas duas freguesias está inscrito um número superior de eleitores do que o número que foi comunicado ao Ministério da Administração Interna em meados do ano. Repare-se: este último número é comunicado pelas juntas de freguesia (que, no caso, são do PPD). Os cadernos são fornecidos pelas mesmas juntas de freguesia (ou pela Câmara) — também do PPD. Então senhora mandatária, conte ao País o que houve, porque a senhora tem de certeza meios de o saber: esqueceram-se de fazer as eliminações? Foi engano? Fizem acrescentos depois do termo do prazo? Agora percebe-se a razão da sua timida reclamação: é que o castigo se houvesse lugar a ele, ir-lhe-ia cair em casa! E se houvesse irregularidade e os seus apaniguados «apanhassem», então talvez lhes desse para falar e para contarem

tudo sobre as altas responsabilidades que seguramente haveria no caso por parte de dirigentes nacionais e locais da AD...

A reclamação é frouxa e a prova é de tal modo inexistente que o PSD já perdeu em Tribunal a acção de anulação das eleições que logo a seguir a 12 de Dezembro propôs.

Mas o que não é frouxa é a campanha de intoxicação da opinião pública. Pretende-se fazer crer que APU é responsável — quando a Câmara e as duas juntas eram PSD. Pretende-se fazer crer que o número de votos nulos prejudicou o PPD, mas quando se fez a recontagem na assembleia de apuramento geral verificou-se que a força mais prejudicada era precisamente a APU! Pretende-se fazer crer que se deslocaram eleitores da APU! (do Barreiro, de Aljustrel, etc.) para a área do Município de Ourique, mas quando se verificam os números de eleitores constata-se que eles têm permanecido sensivelmente os mesmos desde 1979!

Mentira a mentira, o PSD estrebucha em Ourique, como sucedeu a nível nacional. A gestão caciquil da Câmara de Ourique foi derrotada. Essa é a realidade. E gente com um comportamento trapaceiro como o que está a ter o PPD em Ourique não pode ter a confiança do povo. Não a teve em 12 de Dezembro e não a terá nunca mais.

Vizela

Mais um caso de Polícia de um ministro sem emenda

No domingo, quem ligasse a rádio ou a TV (que desta vez até aproveitou algumas das imagens que um seu operador, apesar de ameaçado por um graduado da GNR, conseguiu recolher) teria, à cabeça de cada noticiário, Vizela: os largos e as ruas principais da vila ocupados por cerca de 500 guardas da GNR, devidamente paramentados de viseiras e bastões, distribuindo cacetadas, gases lacrimogéneos e até «disparos intimidatórios» sobre a população, em peso na rua desde os primeiros alvores do dia.

Para os responsáveis da informação na Antena-1 e na RTP seria talvez a maneira de disfarçar com um facto grave um outro facto grave que convinha, este, disfarçar de serenidade: a demissão do Primeiro-Ministro, acidente menor no percurso normal da «AD» — «até 84».

De facto, Vizela veio confirmar (quantas dolorosas provas já tivemos?) que o percurso deste Governo «AD» é criminoso, e que para um mínimo de normalidade é condição imprescindível que se vá — e de vez; veio confirmar ainda que o ministro Ângelo Correia, ministro das polícias, se as não tivesse não saberia jamais como ministeriar...

Mas o ministro das polícias — da Administração Interna, agindo sob o modelo do ministro do Interior do tempo do fascismo — em vez de tomar, como lhe compelia, medidas que abrissem caminho à solução que a maioria «AD» na AR tem impedido, achou por bem despedir-se em beleza, acrescentando mais uma maratona repressiva ao seu palmarés: amanhãca Vizela, e na vila estava já um batalhão e uma companhia da GNR, vindos do Porto e de Braga, preparados «para a limpeza». Apesar disso, a população (avisada da ocupação por numerosos vigilantes que às 4 da madrugada tinham detectado a chegada dos camiões e jipes da GNR) mal começava a alvorecer saiu para a rua ao toque dos sinos e da sirene dos bombeiros, gritando «sem concheilo não há eleições!».

Ao aproximarem-se, por último, das secções que funcionariam na Escola, a Guarda car-

regou. Segundo o ministro Ângelo Correia, «para assegurar que todos os cidadãos exercessem o seu direito de voto», segundo o comando dos contingentes «para proteger o posto local da GNR», ali perto e que ninguém ameaçava...

Ninguém foi poupado: populares, membros das assembleias de voto e jornalistas — um dos quais, Afonso Camões, cartão do Sindicato bem à vista no peito, foi apeado do muro em que se encontrava e agredido à bastonada e à coronhada por um grupo de guardas.

Menos de duas horas depois, a GNR, vaiada e apupada pela multidão, retirou. A vila permaneceu na rua, agora em festa.

Mantendo a sua reivindicação de passagem a concheilo, o povo de Vizela deixou claro, mais uma vez, que não está contra o povo de Guimarães. «Lutamos contra a mafia da UD» foi a uma das palavras de ordem mais gritadas.

Por sua vez, os jornalistas deslocados em Vizela fizeram no domingo de manhã um protesto colectivo contra a agressão de que foi vítima Afonso Camões.

a garantir que todos os cidadãos exercessem o seu direito de voto» é claramente desmentida pelos factos. A presença aparatosa do numeroso contingente da GNR, a sua ilegítima intervenção junto das assembleias de voto sem que fosse requisitada pelos presidentes das mesas, como estabelece a lei, as agressões sobre vizelenses e mesmo sobre um jornalista em funções, constituíram factor de perturbação e intranquilidade e estiveram no centro dos incidentes verificados.

A DORM do PCP condena a actuação repressiva do volumoso contingente da GNR destacado para Vizela, e responsabiliza o Governo da 'AD' pela utilização desta força militarizada contra o povo de Vizela e contra os profissionais da comunicação social em funções no local.

Os acontecimentos de Vizela reforçam a necessidade e urgência de uma solução política que responda às legítimas aspirações do povo de Vizela a constituir concheilo. Provam a falência dos métodos repressivos utilizados pelo Governo da 'AD' para tentar sem êxito abafar a combatividade e determinação dos vizelenses. Constituem também a derrota dos que, na mira de ganhos eleitorais imediatos, não hesitaram em fazer apelos oportunistas de última hora para o voto em desrespeito da vontade unânime manifestada pelo povo de Vizela.

A DORM do PCP sublinha finalmente que estes acontecimentos demonstram que a justa resposta às aspirações do povo de Vizela, tal como a resolução dos graves problemas do País, implicam o imediato afastamento da 'AD' do Governo e que os partidos que a constituem deixem de ser maioria na Assembleia da República.

«O nosso Povo exige: Fascismo nunca mais!»

No decorrer da jornada evocativa de José Dias Coelho, que se realizou no último domingo na freguesia de Alcântara, em Lisboa, foi lida uma mensagem da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), que salienta:

Há exactamente 21 anos um grupo de assassinos da «pide» abatia cobarde e friamente neste local, um combatente antifascista, um mais a somar ao longo rol de crimes praticados pelo fascismo.

A URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) não podia deixar de se associar à homenagem do Partido Comunista Português a um dos seus valorosos militantes, o escultor José Dias Coelho e por isso aqui está também presente.

Com a data libertadora do 25 de Abril de 1974, julgamos, por momentos, que crimes desta natureza não mais seriam possíveis na nossa Pátria Porém, as tenebrosas forças do fascismo deixaram raízes fundas que não foram estripadas e surgem de novo arrogantes, a ameaçar a liberdade do nosso Povo, e mesmo a praticar os mesmos crimes!

- A 27 de Setembro de 1979, António Casquinha e João Caravela foram assassinados em Montemor-o-Novo por forças repressivas da GNR.
- A 1 de Maio deste ano a polícia de choque, a mando do ministro «AD» Ângelo Correia, abate a tiro dois trabalhadores e fere centenas de pessoas.
- Nas fábricas, os trabalhadores sentem de novo a dura repressão a lembrar os tempos do passado.
- A exploração intensificase.

Ministros, homens do passado a governarem o Portugal de Abril, vão continuamente ao estrangeiro oferecerem à exploração dos grandes monopólios o trabalho «barato» dos nossos trabalhadores e o nosso solo para a instalação nele de bases militares pondo em risco a nossa sobrevivência como país livre

Açores

Na sua próxima edição, o «Avante!» vai referir-se às conclusões da última reunião da Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional dos Açores (DORAA) do PCP, que decorreu nos dias 20 e 21 deste mês, na cidade da Horta (ilha do Faial).

Nos principais objectivos da reunião apontavam-se a análise dos re-

sultados eleitorais na Região no passado dia 12 e a definição de orientações para a actividade imediata da organização do PCP no arquipélago.

Juventude

«A juventude deu um importante contributo para a derrota da AD»

— recorda a JCP

«A Juventude deu um importante contributo, com o seu voto, para a grande derrota da «AD». Como a campanha eleitoral fazia prever, com uma grande dinâmica juvenil em torno das candidaturas da APU, em contraste com o completo desaparecimento do apoio activo à «AD», sectores importantes da juventude desiludidos com três anos de política anti-juvenil, de demagogia e promessas adiantadas, deslocaram o seu voto para o terreno democrático.

«Numa primeira análise aos resultados das mesas de novos eleitores (maioritariamente compostas por jovens que completavam os 18 anos), é possível constatar como traços essenciais: uma grande quebra da votação da «AD», e apesar

de variações regionais, o reforço da APU».

A Comissão Executiva da CC da Juventude Comunista, «congratula-se com os resultados obtidos pela Aliança Povo Unido, e em especial pela eleição de centenas de jovens nos órgãos autárquicos, saúde calorosamente todos os jovens que, com a sua participação activa na campanha e com o seu voto, contribuíram para os resultados obtidos».

Ao considerar que os resultados das eleições de 12 de Dezembro abrem novas perspectivas para o reforço do movimento e da acção juvenil, o Executivo da JCP aponta para a necessidade de reforçar a luta pela demissão de todo o Governo e a dissolução da Assembleia da República.

Passagem de ano

O Comité Local de Lisboa (CLL) promove em Campo d'Ourique uma festa de passagem de ano, na noite de 31 de Dezembro.

A música marcará uma presença destacada neste grande convívio, não faltando a de expressão popular, com os grupos bandas «PH-5», e «Trio Vanguarda», e também o «rock» com as bandas «PH-5», e «Etc.» e «Rock e Valsas».

No decorrer da festa será apurado o sorteio da rifa «Eleições 82».

A passagem de ano organizada pelo CLL decorrerá no pavilhão do conhecido Clube Atlético de Campo d'Ourique (CACO). Preço dos bilhetes: 250 balões.

Tortosendo

Com a participação do camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central do Partido, realiza-se hoje um plenário de militantes em Tortosendo (distrito de Castelo Branco).

A sessão é também aberta a simpatizantes e outros democratas. Em debate estará a situação política actual e as conclusões da última reunião do Comité Central.

O plenário decorrerá no Centro de Trabalho do PCP de Tortosendo, com início às 21 horas.

Assembleia da República

A «AD» não foi derrotada o PSD é o maior partido o CDS o mais pequeno mas Balsemão demitiu-se!

Para férias encerrou a Assembleia da República. Curtas, férias já que as sessões plenárias recomeçam no próximo dia 4 de Janeiro. Entretanto, terça-feira passada decorreu a última sessão. No período de antes da Ordem do Dia várias foram as intervenções políticas. Vitor Crespo, do PSD, seria o primeiro orador.

Elogio póstumo a Balsemão assim se poderia interpretar a sua intervenção, durante a qual aproveitou para dizer que as recentes eleições autárquicas não foram uma derrota para a «AD» e, fez questão de frisar, que o PSD continua a ser o primeiro partido na cena política nacional. Na bancada da CDS não houve reacções face a esta afirmação.

Atabalhoadamente, o deputado Vitor Crespo conseguiu não explicar o pedido de demissão do primeiro-ministro, apesar dos pedidos de esclarecimento que lhe foram feitos por parte das diversas bancadas da oposição.

Pois se não tinha havido derrota para a «AD» e o PSD continuava a ser o primeiro partido, como se explicava que o primeiro-ministro logo a seguir a estes resultados «favoráveis» tivesse pedido a demissão, mantendo-se (e ainda bem) irrevogável na decisão.

Não soube, não quis ou não conseguiu o deputado Vitor Crespo satisfazer a curiosidade dos deputados da oposição por ter várias vezes insistiram para que esclarecesse este ponto.

Face ao mistério do deputado social-democrata, a camarada Zita Seabra acabou por considerar que a atitude de Vitor Balsemão se enquadrava nesta época natalícia, pois ao tomar tal decisão decidira pôr uma prenda na árvore de Natal dos trabalhadores e do povo português, demolindo-se.

Mas a deputada comunista Zita Seabra analisaria mais adiante certas afirmações de Vitor Crespo.

E assim recordou que se o PSD continuava a ser o maior partido português, mesmo depois dos resultados obtidos pelo PS nas recentes eleições autárquicas (mais de 31 por cento) isso significava que pelo menos o Partido Social-Democrata teria 32 por cento dos votos.

Logo, como a coligação «AD» obtivera apenas 42 por cento dos votos expressos, o CDS não restavam mais do que 10 por cento do eleitorado que votou «AD», e seria assim o menor partido daquela Assembleia. E Zita Seabra acrescentou:

Talvez por isso, porque assumem essa minoridade política, é que nos últimos dias as bancadas do CDS estão reduzidas a menos de metade. Desagrado entre os deputa-

A demissão do primeiro-ministro Pinto Balsemão e a consequente demissão do Governo «AD» vêm confirmar o que temos sustentado sobre o significado da derrota da «AD» nas eleições autárquicas do passado dia 12.

Em devido tempo o Partido Comunista Português alertou para o significado nacional dos resultados eleitorais. Ninguém então nos contestou e houve mesmo quem, da direita, falasse em «teste eleitoral». O teste foi feito, os resultados estão à vista e de nada valerá agora pretender que a demissão do Governo não é consequência da vontade popular claramente expressa através do voto.

Acentuando que esta demissão é uma grande vitória democrática e o resultado das lutas persistentes e da tenacidade dos trabalhadores e democratas, acrescentou:

De nada vale pretender agora que se trata de uma escolha individual de um primeiro-ministro, qual bode expiatório, ou Maquiavel reinarnado, num caso e noutro tentando remeter para segundo plano a profunda contradição entre a política da «AD» e os interesses dos trabalhadores e da democracia.

Prosseguindo, Veiga de Oliveira frisou:

Hoje, o facto incontestável que emerge e avulta é estar o Governo da «AD» virtualmente demitido e a sua maioria numérica nesta Assembleia da República não ter correspondência com a vontade expressa da maioria clara do eleitorado.

E insistiu: **O Governo está virtualmente demitido. Importa que a aceitação da demissão conduza à única saída democrática possível: a dissolução da AR e a formação de um Governo de gestão, com realização de novas eleições legislativas nos prazos constitucionais.**

Só por cequeira ou insensibilidade política se poderá defender outra saída. De Governos da «AD», basta! A «AD» desagregou-se em choque com o povo! A «AD» como projecto antidemocrático e antinacional chegou ao fim!

Urge que em eleições antecipadas, em condições democráticas, o povo possa proclamar a sua vontade e apontar a saída para os graves problemas com que o País se confronta.

Orçamento suplementar

Durante a tarde os trabalhos prosseguiram com a discussão do orçamento suplementar ao OGE de 1982.

Neste orçamento suplementar estava em causa um aumento do défice na ordem dos 26 milhões de contos. Era uma autorização para estas despesas que já estão feitas que o Governo precisava.

Para esta verba que gastara a mais e para a qual o Governo não apresenta justificação, o executivo encontrara saldos de empréstimos anteriores no valor de mais de 16 milhões de contos, faltando-lhe ainda 9 milhões e quinhentos mil contos que se propõe arranjar em novos empréstimos internos.

Simplesmente na proposta de lei agora apresentada o Governo vem pedir um aumento do limite para empréstimos no valor de 17 milhões de contos, ou seja sete milhões e meio de contos a mais do que necessita para contrabalançar o défice. Para quem é este dinheiro? O Governo não o justifica.

O deputado comunista Octávio Teixeira destacaria que mesmo moribundo, mesmo quando já na fase dos preparativos fúnebres, o ainda formalmente Governo traz-nos mais uma prova da sua actual situação ruínosa, da sua prática política de desconsideração pela AR e de desprezo pela lei.

O défice de 150,7 milhões de contos previstos para 1982, transformou-se agora numa estimativa de 177 milhões de contos (mais 17,5 por cento), e sem que o País tenha daí recolhido benefícios, porque decorrente do aumento de despesas não programadas e planeadas. Mais uma herança que este desgoverno deixa ao País e que os trabalhadores terão de pagar.

E isto — prosseguiu — para além dos tão proclamados «aumentos de produtividade» previstos pelo Governo no artigo 62.º da Lei do Orçamento para 1982.

Como seria de esperar e enquanto durar esta «maioria» que já deixou de o ser, o Orçamento suplementar para 1982 foi aprovado.

Entretanto, a próxima reunião plenária da Assembleia da República está agendada para o próximo dia 4 de Janeiro, isto se até lá a evolução da situação política não determinar alterações que signifiquem boas entradas em 1983 para os trabalhadores e o País.

Trabalhadores



A marcha contra o desemprego em Almada. Abril de 1982

Movimento sindical manifesta-se por todo o País

Depois das comemorações marcadas para o norte em Lisboa e no Porto, com início às 19 e 18 horas respectivamente, mais manifestações do mesmo tipo foram marcadas para outras localidades do País, designadamente para **hoje na Covilhã, no Largo do Pelourinho, às 18 horas, e em Tortosendo, na Praça, às 17 e 30.** O motivo das concentrações populares é

o mesmo de Lisboa e Porto: **defesa do sector público, contra o desemprego e a vida cara/dissolução da Assembleia, realização de eleições.**

As concentrações são convocadas pelo Movimento Sindical Unitário, designadamente Unões de Sindicatos e Cinturas Industriais.

Reuniões sindicais por todo o País têm analisado

os resultados das eleições para as autarquias e emitido comunicados. Depois do pedido de demissão do Primeiro-Ministro, várias Federações, Unões e a Central têm insistido na dissolução da Assembleia da República e na realização de eleições legislativas antecipadas dentro do prazo legal.

Antes de encerrarmos esta edição, havia ainda

marcadas manifestações para Braga, Guimarães, Marinha Grande, Vieira de Leiria, Nazaré e Peniche.

Além de plenários e outras reuniões sindicais por todo o País, estavam também marcadas anteontem manifestações para Viseu, Nelas, Canas de Senhorim, Évora, Montemor, Beja, Portalegre, Avís, Ponte de Sor e Campo Maior.

Lutas e acção sindical

Indústria naval/via-bilização dos sectores

«Medidas que viabilizem simultaneamente os sectores da indústria naval, das pescas e da marinha do comércio», que este Governo já mostrou não ser capaz de adoptar, são mais uma vez exigidas pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. A CCTIN preconiza para tanto a formação de um governo democrático que «seja capaz de dialogar com os trabalhadores».

O mesmo organismo de coordenação refere que o Governo, em vez de proceder no sentido de pôr a funcionar empresas paradas, como é o caso da Setenave, propõe-se e mandar construir «fragatas para a Armada Portuguesa em estaleiros holandeses».

A CCTIN reclama o saneamento económico e financeiro da indústria naval, o desbloqueamento da construção de 17 navios para a frota de comércio, a construção de mais de três centenas de barcos pesqueiros, cujo plano está na gaveta deste Governo sem solução.

Mais de 25 por cento na EPAL

As organizações representativas dos trabalhadores da Empresa Pública das Águas de Lisboa suspendem uma greve anunciada para 16 do corrente depois de terem obtido à mesa das negociações um aumento global da ordem dos 27,5 por cento, sendo 24 na tabela salarial que passa a vigorar desde 1 do corrente.

Entretanto o Governo, pela boca do secretário de Estado do Tesouro, Walter Marques,

volvava a insistir, ainda na quarta-feira da semana passada, na «necessidade imperiosa de impor o tecto salarial de 17 por cento... Cada vez com credibilidade mais reduzida, aliás.

Concentração do Vestuário no Porto

Protestando contra a interrupção das negociações de revisão do contrato, concentraram-se no Porto, na quinta-feira passada, os trabalhadores do Vestuário, em frente à sede da associação patronal.

Suspensa a greve na Carris

Prevista para sexta-feira, 17, a greve da Carris foi suspensa ao princípio da noite do dia anterior depois de a comissão administrativa da empresa ter concordado em negociar as reivindicações dos trabalhadores apresentadas pelos Sindicatos.

Metalúrgicos em plenário: prosseguir a luta

Incluindo greve e acções de rua, 950 delegados sindicais dos metalúrgicos reunidos em plenários no Porto e em Lisboa, decidiram em 15 do corrente prosseguir a luta, se as negociações de revisão do CCTV do sector continuarem sob boicote do patronato. Os metalúrgicos recusam radicalmente o tecto salarial.

ANOP: não ao despedimento colectivo

A indefinição económica e financeira em que continua a viver a Anop e a decisão de despedir mais de metade dos seus trabalhadores levou as organizações que os representam a recusar novamente o despedi-

mento colectivo que levará na prática à extinção da Agência.

Tecto furado na hotelaria

Com um aumento médio superior a 23 por cento na tabela salarial os trabalhadores da hotelaria do Algarve furaram o tecto do Governo «AD». Nos últimos três meses de vigência do acordo agora assinado, e que os delegados sindicais deverão ratificar hoje em Faro, os salários conseguidos são superiores em 29 por cento aos que vigoram actualmente, diz a Federação.

J. J. Gonçalves: sem subsídio

Os 232 trabalhadores desta empresa do Porto estavam no fim da se-

mana passada ainda sem saber em que data lhes seria pago o 13.º mês. A Comissão intersindical desta empresa do ramo automóvel chama a atenção para a ilegalidade cometida pela administração e para o desprezo manifestado pelos direitos dos trabalhadores.

Entrepósito: represão

As organizações representativas dos trabalhadores das empresas do grupo Entrepósito (Tecnisado, TecniTools, Entrepósito Industrial e Entrepósito Comercial) acusam as

administrações de se negarem ao diálogo e de tentarem destruir as ORTs, inclusivamente pondo-as em tribunal, como aconteceu na Tecnisado, «numa clara acção de prepotência, irresponsabilidade e falta de respeito pela dignidade dos trabalhadores». As ORTs emitiram recentemente um extenso comunicado sobre a represão exercida naquelas empresas e à qual os trabalhadores «saberão dar a resposta adequada no momento oportuno».

Franco: mais 200 no desemprego?

Mais de 200 postos de trabalho ameaçados nesta empresa têxtil do Porto que, apesar de não ter

Hoje, 23, prevista reunião de delegados sindicais da hotelaria às 16 horas em Faro para ratificação do acordo salarial
Caso o patronato mantenha as suas posições, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria marcou para hoje, dia 23, uma greve de 24 horas abrangendo os restaurantes, pastelarias, pensões e cafés das regiões Centro e Sul do País.

Administração ainda sem saber em que data lhes seria pago o 13.º mês. A Comissão intersindical desta empresa do ramo automóvel chama a atenção para a ilegalidade cometida pela administração e para o desprezo manifestado pelos direitos dos trabalhadores.

Entrepósito: represão

As organizações representativas dos trabalhadores das empresas do grupo Entrepósito (Tecnisado, TecniTools, Entrepósito Industrial e Entrepósito Comercial) acusam as

Administração ainda sem saber em que data lhes seria pago o 13.º mês. A Comissão intersindical desta empresa do ramo automóvel chama a atenção para a ilegalidade cometida pela administração e para o desprezo manifestado pelos direitos dos trabalhadores.

Grandes Opções visavam ... dismantelar as nacionalizações

A golpada estava preparada. Nas Grandes Opções do Plano para 1983 o Governo propunha-se, pura e simplesmente, alterar — em proveito, claro, dos grandes capitalistas — a actual Lei de Delimitação dos Sectores e rever as bases gerais das empresas públicas.

A golpada, como dissemos no início, estava preparada. As rastreas estavam insinuadas no articulado da proposta de lei das Grandes Opções do Plano para 1983.

De imediato o PCP interpôs recurso para impugnar a admissão da referida proposta de lei. Outrotanto faria o Partido Socialista. Os pedidos de impugnação não viriam a ter seguimento porque entretanto o Governo em ofício enviado à Assembleia da República decidiu autonomizar os artigos em que a «marosca» se preparava para passarem a ser Propostas de Lei de Autorização Legislativa.

Na fundamentação da impugnação apresentada pelo PCP recorda-se o que o Governo pretendia, no tocante à revisão da lei de delimitação de sectores:

- abrir a banca e os seguros ao grande capital, facultando ao Governo a livre fixação das condições de exercício das respectivas actividades;
- garantir a plena liberdade de acesso do capital privado às indústrias adubeiras e cimenteiras;
- permitir o acesso do capital privado à indústria de refinação de petróleo, em condições a definir livremente pelo Governo, que poderá também autorizar o exercício da actividade dos transportes por empresas privadas;
- manter reservada ao sector público apenas a prestação de serviços essenciais não ren-

por mera deliberação de Assembleia Geral (que, estando representado, o Estado, poderia funcionar e deliberar validamente sem que se exija número mínimo de associados ou representação de qualquer percentagem mínima de capital;

— Prevê que, quando não sejam transformadas em sociedades anónimas de responsabilidade limitada, as empresas públicas possam ser extintas, com vista à divisão e passagem ao sector privado «da parte do seu património não afecto a áreas reservadas em absoluto ao sector público» (art. 39.º) distinção inteiramente inconstitucional;

— Permite ao Governo, por portaria, entregar a entidades privadas a gestão de todas ou parte das actividades das empresas que ainda sejam qualificadas como *empresas públicas*. Tal possibilidade abrangeria as próprias EP's situadas nos sectores básicos da economia, uma vez que nos termos da Lei de Delimitação que o Governo pretende aprovar estes deixaríamos de ser vedados ao capital privado (cfr. artigo 35.º do articulado referente ao estatuto das EP's);

— Representaria um golpe profundo nos direitos dos trabalhadores das empresas públicas. A proposta governamental visa: impedir que os trabalhadores designem quaisquer representantes nos órgãos de gestão e fiscalização das empresas públicas que passem ao regime de sociedades anónimas; suprimir o direito dos trabalhadores a serem ouvidos na nomeação dos órgãos de

Sem salários no Natal

Quatro dias antes do Natal milhares de trabalhadores não tinham ainda recebido o 13.º mês que legalmente deve ser pago com uma certa antecedência, como se sabe é habitual. Entre as empresas que não procederam à liquidação daquele subsídio contam-se algumas das maiores unidades industriais portuguesas como a Lisnave, Setenave, Parry & Son, Mompur, Cifa e Fábrica de Malhas do Ameal.

Muitas dessas empresas além do subsídio de Natal também não pagam salários ou, quando os pagam, é fora de todos os prazos, atrasando-se também durante meses o pagamento dos subsídios de férias, alguns ainda de 1981.

Num *telex* sobre o assunto, a CGTP-Int em 20 do corrente referia seis grandes sectores afectados (cristalaría; cerâmica; indústria naval; metalurgia e

metalomecânica; têxteis; e material eléctrico). Além das 19 empresas que nosa, «muitos outros exemplos poderia ter escolhido — afirma a Central — para atestar a situação crítica que atravessam milhares de trabalhadores, com a progressiva degradação das suas con-

dições de vida e de trabalho resultante da política dos Governos «AD».

Depois de se referir ao facto de várias vezes ter alertado para a política que conduziu o País a «uma situação preocupante», a Central unitária reafirma que «um dos aspectos

mais expressivos» da crise que Portugal atravessa «é o facto de estarem em risco de falência dezenas de empresas com o consequente despedimento de milhares de trabalhadores e de muitas delas não pagarem salários incluindo o subsídio de Natal».

Escritórios do Porto Reconstituição do Sindicato

Formada uma comissão

Mais de um centena de trabalhadores de escritório do Porto reuniram-se para discutir a situação no seu Sindicato e as soluções possíveis para sair da ilegalidade que aí se vive há mais de três anos depois de se terem realizado eleições.

As eleições para o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto foram ganhas clara e democraticamente pela lista C.

Apesar de o processo de luta, que passou pela ratificação em assembleia geral da vitória desta lista, o Sindicato continuou ocupado ilegalmente por um grupo de oportunistas da anterior direcção afectada à UGT e com a cobertura do Governo «AD», que vão destruindo o sindicato e afastando os trabalhadores.

Como concluiu a referida reunião, os trabalhadores de

escritório do Porto não têm um sindicato representativo (o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório conta actualmente com menos de um terço dos trabalhadores de escritório do distrito do Porto) e que defendam os seus interesses, pelo que a reunião decidiu formar uma comissão com o objectivo de promover entre a classe a discussão da reconstituição do seu Sindicato.

Alentejo rejeitou «AD»

— afirmaram cooperantes de Beja

A criação de apoios e incentivos que permitam o desenvolvimento da agricultura e respectivo aumento da produção, um travão à sangria das populações rurais, o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária, eis algumas das exigências dos trabalhadores agrícolas das UCPS/Cooperativas de Beja, contidas numa moção aprovada no final de um plenário realizado na passada semana na

Sociedade Capricho Bejense.

Promovido para debater a situação política e particularmente os efeitos da actuação criminosa do MACP contra a Reforma Agrária, o plenário chamou também a atenção para a urgência da demissão do Governo AD, a dissolução da Assembleia da República e a formação de um Governo de gestão que «garanta eleições antecipadas em condições de-

mocráticas no prazo de 90 dias».

Referindo-se aos resultados das eleições autárquicas do passado dia 12, os trabalhadores agrícolas presentes consideraram que eles são uma prova eloquente de que a «população do Alentejo rejeitou claramente a AD e a sua política de recuperação latifundista», factor de agravamento das condições de vida das populações.

No mesmo documento os cooperantes reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela defesa da Reforma Agrária e pela reposição da legalidade nos campos do Alentejo que ponha termo à desorganização da produção, ao abandono e subaproveitamento de terras, instalações e meios de produção por parte dos agrários, e que acabe com o desemprego e a emigração.

